



Respostas a Perguntas FREQUENTES

Data: dezembro 2020

EMITIDO POR FENPROF

Secretariado Nacional
(Departamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico)

ENVIADA PARA

- Professores do 1.º CEB
- Agrupamentos de Escolas
- Serviços Administrativos

Apesar de algumas mudanças introduzidas em relação ao trabalho dos professores do 1.º ciclo, este setor tem vindo a ser progressivamente descaracterizado na sua organização e identidade. Perante a atual situação de pandemia em que se vive, as condições de trabalho agravaram-se: a falta de recursos humanos nas escolas, nomeadamente assistentes operacionais, leva a que os professores sejam pressionados para o cumprimento de tarefas que não são da sua competência, sobrecarregando, ainda mais, os horários de trabalho. As condições de trabalho dos professores têm vindo a deteriorar-se apesar dos sucessivos alertas, denúncias, ações e propostas feitas pela FENPROF.

Há casos em que o problema não decorre da lei, mas da forma incorreta e ilegal como as direções de muitos agrupamentos a decidem aplicar. Noutros casos, ao interpretar a Lei, as direções escolhem a opção mais desfavorável para os docentes alegando razões de racionalidade e/ou gestão, piorando as condições de trabalho tanto dos professores como dos alunos, sendo urgente definir orientações claras para não haver diferentes interpretações da legislação em vigor.

Face a esta situação, a FENPROF volta a divulgar um conjunto de questões e respetivas respostas, agora atualizadas, que correspondem ao que mais frequentemente é colocado pelos colegas, tanto em reuniões, como nos serviços de atendimento dos Sindicatos.

No que se refere às questões legais, **compete aos professores zelar pela sua correta aplicação**, alertando, **por escrito**, as direções dos agrupamentos e, **se o problema não for corrigido, solicitando o apoio do Sindicato**.

Naquilo que resulte de opção do agrupamento, deverão os professores, designadamente através do Conselho de Docentes, exigir a escolha da solução que melhor serve o interesse pedagógico e mais respeita os direitos profissionais dos professores, **introduzindo, se necessário, alterações ao Regulamento Interno**.

Serão as decisões concertadas dos professores que contribuirão para um fortalecimento das ações desenvolvidas pela FENPROF em sede negocial e que visam as necessárias alterações, de acordo com a Carta Reivindicativa proposta para a reorganização do 1º Ciclo.

SOBRE HORÁRIOS DE TRABALHO

1. O tempo curricular e a organização dos horários no 1.º Ciclo estão adequados aos objetivos e ao processo de ensino e aprendizagem neste nível de ensino?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Decreto-lei nº 55/2018 de 6 de julho, Anexos I – Matriz Curricular

POSIÇÃO DA FENPROF

Não. O tempo que os alunos portugueses passam na escola é dos mais elevados da Europa. Há uma carga curricular e enriquecimento demasiado pesada e uma organização inadequada, assistindo-se cada vez mais à elaboração de horários desregulados não respondendo às necessidades dos nossos alunos, apenas servindo para os manter ocupados.

2. Devem os intervalos no 1.º Ciclo ser considerados tempo de trabalho letivo?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Decreto-lei n.º 55/2018 de 6 de julho, Anexo I, alínea G)

POSIÇÃO DA FENPROF

SIM! A vigilância dos alunos do 1º ciclo durante os intervalos não consta, nem poderia constar, da lista de atividades previstas no artigo 82.º do Estatuto da Carreira Docente, o qual se refere à componente não letiva de estabelecimento. Tal como acontece com os outros níveis de ensino, o horário letivo compreende o trabalho direto com os alunos, mas, também as pausas, neste caso o intervalo, como tempo de descanso incluído no horário de trabalho.

No 1.º Ciclo, à semelhança dos outros níveis de ensino, o intervalo terá de ser respeitado como um tempo de pausa dos professores que, por esse motivo, tem de ser considerado tempo de trabalho.

3. Podem os horários de trabalho dos professores com dispensa total de funções letivas (no âmbito do art.º 79º do ECD) ter uma duração de 35 horas de permanência semanal?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Art.º 79º do ECD, ponto 3 e ponto 7

POSIÇÃO DA FENPROF

Não! Um docente com redução no âmbito do art.º 79.º, ponto 3, apenas está obrigado a permanecer 25 horas na escola, conforme estabelece o ponto 7 do referido artigo.

4. Podem os docentes, neste caso, exercer funções de trabalho direto com alunos (apoios, substituições, coadjuvação...)?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Art.º 79º do ECD, ponto 7

POSIÇÃO DA FENPROF

Não! Os docentes com dispensa total da componente letiva devem cumprir o horário e exercer as funções descritas no art.º 79.º, ponto 7, do ECD: *“a componente não letiva de estabelecimento é limitada a vinte e cinco horas semanais e preenchida preferencialmente pelas atividades previstas nas alíneas d), f), g), i), j) e n) do n.º 3 do art.º 82.º”,* a saber: participação em ações de formação contínua; realização de estudos e trabalhos de investigação; assessoria técnico-pedagógica dos órgãos de gestão; cargos de coordenação pedagógica; acompanhamento e supervisão das AEC; produção de materiais pedagógicos.

5. Os titulares de cargos devem ter ou não redução da componente letiva?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR:

Despacho Normativo nº10-B/2018 de 6 de julho - Organização do ano letivo, n.º 1 e 2 do Artigo 4.º, conjugado com o artigo 45.º do DL n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado no Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho e Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, rectificado pela Declaração de Retificação n.º 20/2012, de 20 de abril.

POSIÇÃO DA FENPROF

Sim. Devem! O exercício de cargos em estruturas de coordenação e supervisão pedagógica deveria ser sempre assegurado em horas retiradas à componente letiva dos docentes. No 1.º Ciclo, para escolas com menos de 250 alunos, só está garantido um mínimo de 150 minutos semanais (Componente não Letiva de Estabelecimento) para o exercício do cargo de coordenador de estabelecimento.

A **FENPROF** defende e continuará a lutar para que todos os cargos, em todos os setores de ensino, se possam desempenhar com a adequada redução na componente letiva.

6. O tempo de deslocação entre escolas, em serviço, num mesmo dia de trabalho deve ser considerado tempo de trabalho?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR:

Despacho Normativo nº10-B/2018 de 6 de julho, artº 6º, nº8

DIZ A LEGISLAÇÃO E A FENPROF EXIGE QUE SE APLIQUE

Sim, inequivocamente! Como o próprio nome indica, deslocação em serviço, é serviço. Assim, nas deslocações em serviço determinadas pelo normal desenvolvimento do horário semanal de trabalho, deverá o tempo nelas despendido constar do mesmo na sua componente letiva ou na não letiva de estabelecimento. Em caso algum este tempo poderá ser considerado no âmbito da componente não letiva de trabalho individual, pois esta, para além de ser da exclusiva gestão do docente, confina-se à “preparação das aulas”, à “avaliação do processo ensino-aprendizagem” e à “elaboração de estudos e trabalhos de investigação de natureza pedagógica ou científico-pedagógica” (n.º 2 do artigo 82.º do ECD);

No caso de se tratar de uma deslocação ocasional, não constando, por isso, do horário semanal atribuído ao docente, deverão as horas nela despendidas, para além das que seriam realizadas caso não ocorressem, ser deduzidas na componente não letiva de estabelecimento ou, em alternativa, serem remuneradas como serviço docente extraordinário, conforme decorre do nº 1, art.º 102.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

7. Deve o tempo de trabalho em AEC ser considerado no âmbito da componente letiva dos docentes?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

(Despacho Normativo n.º 10-B/2018 de 6 de julho - Organização do ano letivo, n.º 5 do artigo 5.º) No caso de o agrupamento ser a entidade promotora das Atividades de Enriquecimento Curricular, este tempo deve ser considerado como atividade letiva dos docentes do quadro de agrupamento que tenham um mínimo de seis horas de componente letiva.

POSIÇÃO DA FENPROF

AFENPROF entende que deverá ser considerada componente letiva para todos os docentes, independentemente do seu vínculo e do número de horas de titularidade de turma.

8. O tempo de duração da formação contínua dos professores é ou não considerado tempo de trabalho?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR:

Artigo 82.º, n.º 3, alínea d) e art.º 109.º do ECD; Portaria n.º 345/2008, de 30 de abril.

POSIÇÃO DA FENPROF

Sim, deve ser considerado tempo de trabalho. Tal, encontra-se previsto no artigo 82º, n.º 3, alínea d, e art.º 109.º do ECD, integrando a componente de estabelecimento, pelo que deverão ser deduzidas as horas de formação na componente não letiva de estabelecimento que o docente tenha de cumprir.

Nota: A FENPROF sobre a matéria de horários de trabalho e de direitos relativos à deslocação em serviço tem um documento que pode ser consultado em <http://www.fenprof.pt> ou nos sites dos seus Sindicatos (www.spn.pt, www.sprc.pt, <http://www.spgl.pt> ou www.spzs.pt)

SOBRE REGIME DE DOCÊNCIA

9. Pode a coadjuvação ter lugar sem a presença do professor titular de turma?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Lei de Bases do Sistema Educativo, artigo 8.º n.º 1 a) e Despacho Normativo nº10-B/2018 de 6 de julho - Organização do ano letivo

POSIÇÃO DA FENPROF

Não. A coadjuvação pressupõe a presença de, pelo menos, 2 professores na sala; caso assim não seja, trata-se de substituição do professor titular.

10. Como lecionar o Inglês curricular numa turma conjunta em que uma parte dos alunos pertence ao 1.º e/ou 2.º anos?

Nas turmas constituídas por mais que um ano de escolaridade e em que há alunos pertencentes ao 1.º e/ou 2.º anos, onde o Inglês curricular não é obrigatório, os agrupamentos têm de criar condições para que os alunos do 3.º e/ou 4.º anos possam ter o Inglês curricular e os restantes terem a sua componente letiva normal. A solução adequada deve ser a inibição de constituir turmas com mais do que um ano de escolaridade.

A FENPROF é totalmente contra a “formação de turmas de Inglês” com alunos provenientes de diferentes turmas.

11. Quais as normas aplicáveis aos horários dos docentes colocados no grupo 120 – Inglês do 1º Ciclo?

A componente letiva deste grupo está completa quando totalizar os 1100 minutos semanais.

12. Como devem ser elaborados os horários dos professores de Inglês, grupo 120, para que fiquem em conformidade com a aplicação da matriz curricular?

Segundo a **matriz curricular** do 1.º Ciclo a carga horária semanal para a disciplina de Inglês é de 120 minutos (Decreto-Lei Decreto-lei nº55/2018 de 6 de julho). Deste modo o horário do professor de Inglês tem de ser ajustado ao horário dos alunos, tendo sempre em conta a legislação em vigor relativamente à constituição de horários.

13. Os professores do grupo 120 fazem atendimento aos encarregados de educação?

Não. Os professores do grupo 120 não são titulares de turma, deste modo, não faz parte das suas funções o atendimento aos encarregados de educação.

14. Podem as AEC substituir áreas curriculares do 1.º CEB?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Decreto-lei nº 55/2018 de 6 de julho

POSIÇÃO DA FENPROF

Não. As disciplinas do currículo do 1º CEB, de carácter obrigatório, com programa, metas e avaliação próprios, não se confundem com as AEC, atividades de enriquecimento do currículo, essencialmente lúdicas e de carácter facultativo.

15. Podem as AEC intercalar o tempo curricular da turma ou devem fixar-se no horário antes ou depois dele?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Portaria n.º 644-A/2015, 24 de Agosto. Esta portaria refere, no art.º 18.º, ponto 6, que “as AEC são desenvolvidas, em regra, após o período curricular da tarde...”

POSIÇÃO DA FENPROF

Tendo em conta o carácter globalizante do 1.º Ciclo do Ensino Básico, na prevalência do regime de monodocência puro, ou no regime de monodocência coadjuvada, esta situação não se deveria verificar.

Não é aceitável que a atividade letiva seja interrompida. A introdução de AEC entre as atividades letivas obrigatórias, não favorece a sequência do trabalho dos alunos, que é globalizante, prejudicando assim o processo de ensino-aprendizagem, para além de facilitar opções irregulares e ilegais na elaboração dos horários de trabalho dos professores. Sendo as AEC de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural deverão desenvolver-se depois do tempo curricular da tarde. Aliás, a legislação em vigor apenas admite que assim não seja por razões excecionais que, por isso, impõe fundamentação adequada e as recomendações do ME vão também nesse sentido. Por isso, deveriam os professores, nos seus conselhos de departamento ou de docentes, junto das direções dos agrupamentos e do conselho pedagógico, procurar alterar esta situação, precisamente com esta fundamentação.

16. Como devem processar-se as substituições de curta duração previstas no art.º 82.º do ECD?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

As substituições de curta duração devem ser efetuadas por docentes que não sejam titulares de turma. Para esse efeito, quando existem, deve recorrer-se a docentes com componente letiva insuficiente e/ou a docentes com horas para esse efeito. (Art.º 82 do ECD, ponto 3, alínea e) e pontos 5, 6 e 7; Despacho Normativo 4-A/2016 de 16 de junho - Organização do ano letivo.

POSIÇÃO DA FENPROF

É usual em muitas escolas, ainda que incorreto, fazer-se a distribuição dos alunos por várias turmas (algo que nunca esteve previsto na lei), com os prejuízos que daí advêm, e/ou o recurso a professores de apoio, docentes de Educação Especial (que são retirados das suas funções) e coordenadores de estabelecimento, retirando-os das funções que têm atribuídas, o que é inaceitável, pois penaliza os alunos que ficam sem apoio, bem como a função de coordenação e ainda sobrecarrega as turmas receptoras destes alunos, assim distribuídos. O recurso aos docentes de Educação Especial é mesmo ilegal. Deve existir uma “bolsa” de docentes para estas situações, à semelhança do que já existe na Região Autónoma dos Açores.

17. Pode o diretor obrigar os professores a substituir outros, em caso de ausência imprevista?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR:

Não pode. Com o fim das aulas de substituição não existe nada na lei que preveja esta situação, o que existe são práticas correntes nas escolas que carecem todas de fundamentação legal.

POSIÇÃO DA FENPROF

No caso do 1.º Ciclo, é usual, em muitas escolas, distribuir os alunos por várias turmas (algo que nunca esteve previsto na lei), prejudicando o normal desenvolvimento das actividades escolares, e/ou recorrer-se a professores de apoio, coordenadores de estabelecimento ou docentes da Educação Especial, retirando-os das funções que têm atribuídas, o que é inaceitável e ilegal. Também para estas situações, a FENPROF defende a existência de uma “bolsa” de docentes para suprir as necessidades que surjam.

OUTRAS QUESTÕES

18. Como devem ser constituídas as turmas do 1.º Ciclo?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Despacho normativo nº16/2019, de 4 de junho, em articulação com o Despacho normativo nº 10-A/2018, de 19 de junho

POSIÇÃO DA FENPROF

A FENPROF defende que devem ser constituídas por ano de escolaridade. Admite-se a existência de turmas com 2 anos, com carácter absolutamente excepcional, quando não há alternativa (ex: ausência de alunos) e, nesse caso, com menos alunos por turma.

19. Com a criação dos Centros Escolares é admissível que persista a constituição de turmas mistas, com vários anos de escolaridade?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Despacho normativo nº16/2019, de 4 de junho, em articulação com o Despacho normativo nº10-A/2018 de 19 de junho

POSIÇÃO DA FENPROF

Nos centros escolares, contudo, tal é ainda menos admissível! Uma das justificações para a criação dos centros escolares, com o encerramento de milhares de escolas, era a constituição de turmas homogêneas de apenas um ano de escolaridade, como forma de, aos docentes, serem garantidas as condições adequadas de exercício da profissão e de realizar uma gestão pedagógica do processo ensino-aprendizagem que respeite os ritmos dos alunos e permita uma abordagem mais individualizada dos conteúdos das aprendizagens. As únicas justificações plausíveis para turmas com estas características são meramente economicistas.

20. O número de alunos por turma no 1.º CEB é adequado aos objetivos que se exigem ao setor?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

De acordo com o Despacho normativo nº16/2019, de 4 de junho, em articulação com o Despacho normativo nº10-A/2018, de 19 de junho, as turmas do 1.º CEB têm um limite de 24 alunos.

Segundo este despacho, em caso de existência de turmas mistas, com mais de dois anos de escolaridade, em escolas de lugar único, estas não podem ultrapassar os 18 alunos, subindo para 22 em escolas com dois ou mais lugares.

(As turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente não podem ultrapassar os 20 alunos por turma, apenas podendo ter até 2 alunos com NEE.)

POSIÇÃO DA FENPROF

A FENPROF, sobre esta matéria, tem uma proposta que discutiu com os professores e apresentou em sede de negociação com a tutela.

No 1.º Ciclo do Ensino Básico, o número de alunos por turma é excessivo e, por isso, a FENPROF defende que não exceda 19 alunos por turma e só excecionalmente poderá ter dois anos de escolaridade.

As turmas que integrem alunos com NEE ou mais que um ano de escolaridade deverão ter, no máximo, 12 ou 15 alunos, respetivamente.

21. Em que medida o aumento do número de alunos por turma relegou o interesse pedagógico da organização das turmas para um plano secundário?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Despacho normativo nº16/2019, de 4 de junho, em articulação com o Despacho normativo nº10-A/2018, de 19 de junho

POSIÇÃO DA FENPROF

O aumento do número de alunos por turma é uma medida que apenas promove a redução do número de turmas nas escolas e, conseqüentemente, o número de professores a lecionar. Esta medida dificulta, não só o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, como as respostas pedagógicas, nomeadamente em termos de pedagogias ativas e diversificadas e do apoio individualizado (fundamental neste nível de ensino), comprometendo inevitavelmente as aprendizagens.

22. É ou não obrigatório o desdobramento de turmas sempre que o número de alunos excede 26?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Sim, nos termos da lei (despacho n.º 7-B/2015, de 7 de maio, art.º 22.º, ponto 5, alterado pelo despacho normativo n.º 1-H/2016), só a título excecional se poderão constituir turmas com número superior ao estabelecido e carece de autorização do Conselho Pedagógico mediante análise de proposta do Diretor.

POSIÇÃO DA FENPROF

A FENPROF considera que essa excecionalidade deverá ser eliminada, rejeitando-a liminarmente e defendendo a redução do número de alunos por turma.

23. Com a reorganização da rede e a criação de agrupamentos e mega agrupamentos, quais os efeitos na organização e funcionamento do 1.º CEB, designadamente a nível da coordenação da atividade do departamento curricular e do conselho de docentes?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

A legislação em vigor apenas admite agrupamentos verticais e, alegando razões de continuidade pedagógica mas, verdadeiramente, economicistas, aponta para a agregação de agrupamentos com outros ou com escolas não agrupadas (Mega agrupamentos).

POSIÇÃO DA FENPROF

Estas megaestruturas foram, desde sempre, combatidas pela FENPROF. Motivos dessa posição são, precisamente, as dificuldades de gestão do processo pedagógico, a incapacidade de funcionamento adequado das estruturas intermédias de gestão educativa, o desligamento de cada escola em relação à gestão global do agrupamento e um cada vez maior isolamento de cada núcleo em relação aos restantes estabelecimentos e à sede. Desta forma, a gestão torna-se ainda menos democrática, porque impede a participação de todos os docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico nas decisões relativas ao seu agrupamento, transformando-se em meros recetores e cumpridores das normas e regras impostas pelo MEC e pelo diretor.

24. É ou não obrigatória a inclusão de docentes de todos os níveis de educação e ensino nas diversas estruturas de gestão?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Não é obrigatória. O artigo 3.º do Despacho Normativo 10-B/2018, de 6 de julho (Organização do ano letivo), refere os termos da fixação de adjuntos do diretor, permitindo a designação de um docente que pertença a outro nível de educação ou ensino diferente do determinado na fixação do respetivo número.

POSIÇÃO DA FENPROF

A FENPROF entende que deverá ser obrigatória, como oportunamente tem vindo a ser defendido. A falta de representatividade nas estruturas de gestão, por um lado, condiciona a participação específica, e, por outro, limita as decisões. A falta de representação condiciona a gestão democrática bem como as respostas para os problemas específicos.

25. De que forma as condições ambientais determinam a qualidade das aprendizagens, a saúde e o bem-estar de professores e alunos? (casos recentes como a existência de níveis elevadíssimos de radão e CO₂ e também o problema do amianto...)

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Neste domínio, há legislação aplicável sobre condições de higiene e segurança no trabalho, mas que não é cumprida. Só estudos externos que são realizados têm vindo a alertar para os problemas.

POSIÇÃO DA FENPROF

Todos sabemos que as condições ambientais influenciam e condicionam o bem-estar e a saúde dos indivíduos. Hoje, há uma sobreocupação das salas de aula, havendo pouco tempo para o seu arejamento (como confirmam os sobrecarregados horários de alunos e professores). Além disso, o elevado número de alunos por turma também contribui para o congestionamento do ar, tornando-o, frequentemente, irrespirável, causando desconforto e irritabilidade com consequências no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Do mesmo modo, condições desfavoráveis de iluminação (com janelas pequenas ou demasiado grandes, que provocam ofuscamento, desconforto e aquecimento ou arrefecimento excessivos) podem originar problemas de visão e, por consequência, de aprendizagem. De igual modo, a exposição, ao longo de anos, ao amianto, por vezes, já em condições degradadas, pode originar problemas cancerígenos. Exige-se, por isso, a realização de ações regulares de fiscalização e rastreio por parte de entidades devidamente credenciadas para o efeito, designadamente técnicos da Autoridade para as Condições de Trabalho, e o cumprimento da legislação que vigora. O elevado número de alunos por turma não permite cumprir as normas de distanciamento físico da DGS como forma de prevenção da propagação SARS-CoV-2.

26. O atual regime de aposentação só garante que esta tenha lugar, sem perda de remuneração, aos 66 anos e três meses de idade, acumulando com 40 anos de serviço. Como ter em conta, na aposentação, o desgaste provocado pelo exercício da profissão docente?

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Os docentes, tal como os restantes trabalhadores da Administração Pública, só podem aposentar-se sem perda de remuneração quando atingem os 66 anos e cinco meses de idade (em 2021 de 66 anos e 6 meses) e 40 anos de serviço, cumulativamente. A aposentação antecipada, ou seja, antes de reunidos aqueles requisitos, determina a perda de 0,5 % da remuneração por cada mês que falte para atingir aquela idade, a que se junta, a valores de 2020, 15,2% sobre o valor resultante daquele abatimento correspondente ao fator de sustentabilidade.

POSIÇÃO DA FENPROF

A FENPROF exige a abertura de um processo negocial com vista à consagração de um regime excecional de aposentação, ajustado ao exercício de funções docentes e ao desgaste físico e psíquico por ele provocado. Nesse quadro negocial, a FENPROF defenderá a aposentação dos professores e educadores aos 36 anos de serviço, independentemente da idade, devendo seguir-se a negociação de situações específicas que devam merecer um tratamento diferenciado.

Transitoriamente, a FENPROF defenderá que esteja garantida a aposentação imediata de todos os docentes que já atingiram os 40 anos de descontos para os regimes de segurança social aplicáveis, independentemente da idade e sem perda de remuneração. A FENPROF defende, também, que, enquanto vigorar o regime transitório, seja possível a aposentação antecipada dos docentes sem qualquer outra penalização que não seja a que decorra do tempo de serviço efetivamente prestado, com os indispensáveis descontos realizados. Dessa forma, evitar-se-ão injustiças tremendas, impondo vidas contributivas muito prolongadas que, em alguns casos, chegam a atingir os 46 anos.